

Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura – Intercâmaras/CIF

1ª Reunião Ordinária

Data: 27/07/2018 – 09:00 horas.

Participantes: João Carlos A. Thomé (CTBIO – ICMBIO); Nádia Amorim (ICMBio); Leandro P. Chagas (CTBIO-ICMBIO); Margareth Saraiva (SEMMA/ES); Hermes Daros (IEMA); Thatiana Cappi (IEMA); Miller Gazolla (CTEI-INDI/MG); Patrícia Fernandes (CTGRSA-SEMAD/MG); Regina Pimenta (CTSHQA-IGAM); Marllen Palheta (CT-IPCT-SEAP); Camila Helena (Fundação Renova); Mariângela de Lorenzo (Fundação Renova); Fernando Cavalcanti (Fundação Renova).

Aos 27 dias do mês de julho de 2018, às 09 horas, deu-se início à 1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT-PESCA), instituído pela Deliberação nº 175 de 29 de junho de 2018, do Comitê Interfederativo – CIF. A reunião foi realizada por videoconferência através do aplicativo *Skype for Business*. Participaram os representantes das Câmaras Técnicas e instituições acima descritos.

A reunião deu-se início com a apresentação breve dos participantes, aonde a Renova apresentou a Sra. Camila como líder do tema na Renova. Em seguida, o coordenador da CTBIO/CIF, João Carlos A. Thomé falou da importância do trabalho a ser desenvolvido por esse grupo e fez uma breve contextualização do Seminário Técnico Intercâmaras do CIF, ocorrido em maio deste ano, em que houve encaminhamentos e questões a serem respondidas, no âmbito da pesca e aquicultura, originando a criação do grupo para discutir as questões pertinentes à contaminação do pescado, proibição de pesca e projetos de sustentabilidade do setor pesqueiro e aquícola de forma integrada entre as câmaras técnicas. Referente à proibição da pesca, o Sr. João Carlos reforçou que esta havia sido feita por meio de uma ação do MPF em janeiro de 2016 com base nas informações observadas na época sem os dados exatos de contaminação da biota que ainda estavam em análise, e por medidas emergenciais foi proibida a pesca na Foz, porém manteve-se no rio. Salientou a necessidade de se consolidar um quadro com os dados atualizados para reaver a questão da proibição. A Sr.ª Regina Pimenta, da CT-SHQA/CIF, informou que o relatório completo do PMQQS estará disponível a partir do dia 31/07/2018 contendo os dados de todas as estações. Também foram discutidos entre os participantes questões pertinentes quanto a insegurança nas comunidades pela falta de clareza nas informações e a incerteza nos dados gerados de contaminação da biota, os níveis de alguns elementos presentes na água e no pescado que ainda são preocupantes, dentre outros assuntos discutidos mais detalhadamente a partir do documento com os encaminhamentos gerados no Seminário,

contendo dezesseis tópicos, sendo acrescido de mais um, por solicitação da Sr^a. Margareth Saraiva, e serão norteadores dos trabalhos deste GT. Abaixo, seguem os itens e na sequência as discussões referentes a cada um.

1. Divulgação dos estudos realizados pelas Universidades;
2. Divulgação das ações do Governo e do CIF;
3. Divulgação das ações da Renova;

Referente aos três primeiros itens foi discutido questões pertinentes à comunicação quanto ao agrupamento dos dados e divulgação dos trabalhos e resultados alcançados até o momento para torná-los acessível a todos, padronizando documentos, nomenclaturas. Todos os participantes acordaram levar esse assunto para ser discutido na “I Oficina de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” que acontecerá nos dias 16 e 17 de agosto de 2018. Outro ponto acordado por todos é de levar ao CIF a cobrança por uma estrutura ampla para divulgação dos dados gerados, uma plataforma em que as Câmaras Técnicas pudessem disponibilizar para a sociedade os relatórios de todo trabalho feito até o momento bem como os demais que estão por vir

4. Ampliação da participação social na elaboração e aprovação dos programas TTAC (gestão participativa e integrada);

Está previsto no novo TAC Governança a inclusão da Defensoria Pública, proporcionando uma gestão mais participativa e integrada.

5. Resposta sobre a proibição (limites geográficos) e retomada da pesca;
6. Resposta sobre a contaminação da população;
7. Resposta sobre a contaminação dos pescado (rio e mar) e ambientes;
8. Qualidade da água para irrigação, dessedentação e consumo humano;

Os itens 5, 6, 7 e 8 foram agrupados pela ligação dos temas. Referente ao item 5, ficou-se de verificar junto ao MPF a revisão quanto as áreas de proibição da pesca tendo em vista que no primeiro momento em que foi movida a ação no ano de 2016 ainda não se tinham os resultados de contaminação da água e dos pescado, e com isso há uma necessidade urgente de se rever as áreas. Informa o coordenador da CTBio que reuniu-se no dia anterior com o MPF em Linhares, autor da acao que pediu a proibição, que volta-se a discutir o tema com os órgãos ambientais envolvidos, Renova e Justiça Federal. No item 6, para fornecimento de respostas sobre a contaminação da população, será feito um agrupamento das informações para gerar um documento das universidades que pesquisam o tema, para embasar as respostas das quais a sociedade solicita. Referente ao item 7, os dados sobre a contaminação do pescado estão presentes no Relatório do Prof. Adalto Bianchini (FURG) em que o mesmo apresentou no Seminário Técnico e na 23^a Reunião da CTBIO/CIF e foram encaminhados ao CIF e aos membros da CTBio para internalizar nos estados e para disponibilização desses dados à ANVISA

e demais órgãos competentes no assunto de controle sanitário. Referente ao item 8 em que trata a qualidade da água para irrigação, dessedentação e consumo humano, foi incluído por ter sido uma pergunta recorrente no Seminário, mas que será discutido juntamente de outros tópicos, com as demais CT's, devido a sua interligação com a pesca.

9. Definir estratégias para acordos territoriais;

Referente ao item 9, foi solicitado a Renova que apresente o quantitativo dos pescadores cadastrados, bem como o fornecimento de um mapa informando quais os tipos de pescadores existentes por região, e quais locais em que eles se encontram, para que possa ser definido acordos territoriais.

10. Definir estratégias para fiscalização em áreas com a pesca proibida;

Referente ao item 10, quanto à definição de estratégias para fiscalização em áreas de proibição da pesca, o Sr. Leandro Chagas sugeriu levar esse assunto à Comissão Tripartite para que os órgãos fiscalizadores se organizem para a resolução dessa demanda. O coordenador da CTBIO, sugeriu propor uma reunião com a equipe de fiscalização desses órgãos para discutir as estratégias e em conjunto com a Fundação Renova para verificar que verifiquem internamente o fornecimento de meios para a fiscalização. Até o momento não houve estratégias definidas para fiscalização nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. CT-Bio/CIF levantara junto ao IBAMA e ICMBIO quantas ações foram realizadas e resultados, assim como articular a reunião.

11. Avaliar os critérios relativos ao cadastro e indenizações dos pescadores, identificando situações para melhorias e adequações. Levantar ações para sustentabilidade da vida dos pescadores a longo prazo, independente da retomada da pesca;

No que se refere ao cadastro e indenizações dos pescadores, esse assunto é discutido no âmbito da CTOS/CIF. A Sr.^a Mariângela da Fundação Renova informou sobre o cadastro emergencial e o relatório de pessoas indenizadas com o número de auxílio financeiro. Referente as ações de sustentabilidade dos pescadores, será discutido em conjunto com a CTOS, CTEI E CTBIO.

12. Mapear os estudos em desenvolvimento e grupos de pesquisa considerados importantes pelos pescadores e comunidades, para os órgãos públicos alinharem as ações e dados já gerados;

Será solicitado aos representantes dos pescadores e MPF, os estudos desenvolvidos por pesquisadores dos quais eles apoiam e consideram importante para que haja maior integração com os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por universidades, renova e outros.

13. Definir 03 (três) pontos focais em MG, ES e União para receber as demandas dos pescadores e comunidades para articulação junto ao CIF e CTs;

Ficou estabelecido que o proposto seguirá de acordo com o TAC Governança.

14. Levantamento de soluções integradas para a pesca e aquicultura;

Será feito em conjunto entre a CT-Bio/CIF e Renova, um levantamento dos programas e projetos de forma integrada de modo a constituir um documento único para solucionar as demandas de pesca e aquicultura.

15. Incluir a CT-IPCT nas discussões;

Já incluída no GT

16. Buscar articulação com o INSS para discussão dos temas relativos às garantias previdenciárias dos pescadores;

Tema sendo tratado no âmbito da CTOS que deverá trazer ao GT

17. Discutir a possibilidade de criação de uma assessoria técnica a ser escolhida pelos pescadores.

Foi informado que a Defensoria Pública está percorrendo os territórios fazendo levantamentos por toda a região. O Sr. João Calos propôs uma reunião deste GT com o Ministério Público e Defensoria Pública, bem como verificar as assessorias técnicas contratadas pela Fundação Renova – Ramboll e Lactec – para atendimento a essa demanda. Informou ainda que haverá audiências públicas no mês de agosto.

Ficou pendente a discussão da data de uma nova reunião, com representação de todas as câmaras envolvidas, que deverá ser mobilizada pela CTBio.